

O Silêncio da Demanda de Creche em Cuiabá (2020–2025)

Análise Territorial da Ausência de Oferta de Creche na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá — Diagnóstico, Vozes e Territórios

Ângelo Valentim Lena

Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá – Coordenadoria de Microplanejamento Educacional

email: angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2719-5418>

Resumo

O presente artigo analisa o fenômeno do *silêncio da demanda* por vagas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Cuiabá, com foco nas faixas etárias de G0 (Berçário) e G1 (Maternal). A partir de dados do SIGEEC-SME Cuiabá (2025) e dos estudos de microplanejamento realizados pela Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE), discutem-se as dimensões políticas, pedagógicas e territoriais da ausência de oferta institucional em bairros, agrupamentos e zonas da cidade. Fundamentado em autores como Biesta, Caldart, Meirieu, Arroyo, Saviani e Pollak, o texto interpreta a falta de escolas e turmas não como ausência de demanda social, mas como silenciamento institucional das vozes da infância. A pesquisa demonstra que, embora o berçário possua a menor quantidade de turmas, é a etapa com maior índice de ocupação proporcional, revelando uma demanda reprimida e invisibilizada. A CMPE, ao tornar esses vazios visíveis, atua como instância provocadora e propulsora da eficiência territorial da SME.

Palavras-chave: microplanejamento educacional; demanda silenciada; territorialidade; democracia educacional; Cuiabá.

Abstract

This article analyzes the phenomenon known as the *silence of demand* for Early Childhood Education enrollment in the Municipal Education Network of Cuiabá, focusing on G0 (Nursery) and G1 (Preschool 1). Using data from the SIGEEC-SME Cuiabá System (2025) and technical studies conducted by the Municipal Educational Microplanning Office (CMPE), the paper examines the political, pedagogical, and territorial dimensions of the absence of institutional educational offerings. Theoretically grounded in Biesta's concept of *democratic*

appearance, Caldart's and Meirieu's reflections on *territorial belonging*, Arroyo's and Saviani's analyses of the *political meaning of school spaces*, and Pollak's notion of the *voices of silence*, it interprets the lack of school units not as a lack of social demand but as an *institutional silencing of public voice*. Quantitative results show that despite limited capacity, G0 (Nursery) exhibits the highest occupancy rate (98.3%), indicating that wherever supply exists, demand emerges immediately. The CMPE's territorial analyses reveal latent and invisible demand, turning educational microplanning into an act of democratic restitution.

Keywords: Educational microplanning; silent demand; territorial equity; childhood education; Cuiabá.

1. Introdução

O microplanejamento educacional constitui-se como instrumento essencial para compreender desigualdades estruturais e territoriais. Em Cuiabá, o chamado *silêncio da demanda* expressa uma contradição: a ausência de manifestação popular por vagas na fase Creche (0–3 anos) não reflete desinteresse, mas impossibilidade de expressão institucional. Onde não há oferta, não há inscrição — e onde não há inscrição, não há dado.

Assim, bairros e regiões inteiras permanecem invisíveis para o sistema de matrícula. Essa invisibilidade produz falsos equilíbrios estatísticos, mascarando a real carência de atendimento. Trata-se, portanto, de um fenômeno político: o direito à educação só é reconhecido quando o sujeito pode aparecer no espaço da escola.

O objetivo deste artigo é identificar e analisar as áreas de silêncio territorial na oferta da Educação Infantil, evidenciando a contribuição do microplanejamento educacional como instrumento de democratização da política pública.

2. Metodologia

A pesquisa utiliza como base o arquivo “Evolução das Matrículas em 2025 – SIGEEC-SME Cuiabá”, cruzando dados de matrícula, vagas, turmas e unidades da fase Creche (G0–G3).

As análises foram complementadas pelos relatórios da CMPE e pelas projeções do Plano Creche 50% – Edição 2026.

Foram consideradas quatro dimensões:

1. Cobertura institucional e distribuição territorial da oferta;
2. Taxas de ocupação e participação por faixa etária;
3. Identificação de *bairros silenciados* e *zonas de silêncio*;
4. Correlação entre indicadores de matrícula e metas do PNE/PME.

3. Resultados Quantitativos

A base SIGEEC-2025 revela:

- **G0 (Berçário):** 1.130 matrículas para 1.150 vagas (98,3 %) em 37 unidades;
- **G1 (Maternal):** 2.654 matrículas para 2.757 vagas (96,3 %) em 77 unidades;
- **Fase Creche (G0–G3):** 11.891 matrículas em 395 turmas de 82 unidades (96,4 %).

Embora a taxa de ocupação seja alta, a **localização desigual das vagas** compromete o acesso territorial. Vagas ociosas situam-se em áreas periféricas à demanda ativa, enquanto bairros densos permanecem desassistidos.

Tabela 1 — Resumo Geral de Matrículas e Vagas da fase Creche (2025)

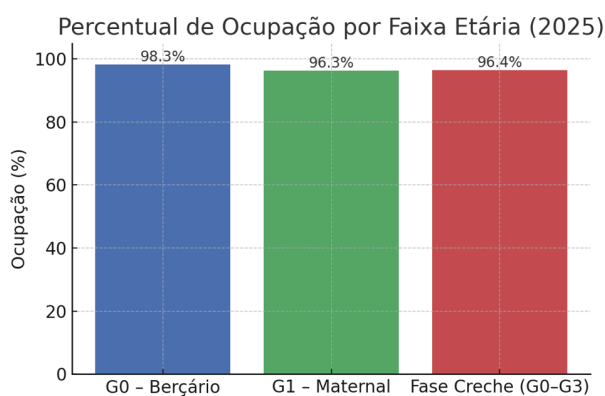
Faixa Etária	Matrículas	Vagas	Turmas	Unidades com Oferta	Percentual de Ocupação
G0 – Berçário	1.130	1.150	39	37	98,3%
G1 – Maternal	2.654	2.757	91	77	96,3%
Fase Creche (G0–G3)	11.891	12.332	395	82	96,4%
Participação G0 em relação ao total	—	—	—	—	9,5%
Participação G1 em relação ao total	—	—	—	—	22,3%

SIGEEC: consulta em outubro de 2025

Conforme se observa, embora o G0 – Berçário apresente o menor número de turmas e vagas, ele exibe a maior taxa de ocupação relativa da RME (98,3 %). Isso comprova que, onde há oferta, há procura imediata, superando as expectativas médias da fase Creche. A escassez de turmas, portanto, não reflete falta de interesse das famílias, mas ausência de oportunidade de matrícula — evidenciando o caráter reprimido da demanda.

Os dados expostos revelam o limite da leitura quantitativa: por trás das estatísticas há histórias sociais silenciadas que o microplanejamento precisa reconstituir.

Gráfico 1 — Percentual de Ocupação por Faixa Etária (2025)

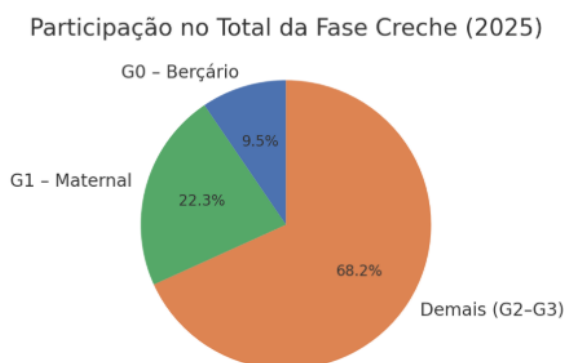


SIGEEC: consulta em outubro de 2025

A taxa de 98,3% de ocupação em G0 demonstra que o número reduzido de turmas não reflete falta de interesse social, mas sim escassez de oportunidades de matrícula. Tal constatação reforça a hipótese central deste estudo: o chamado *silêncio da demanda* não decorre da ausência de famílias interessadas, mas da ausência de estruturas que lhes permitam manifestar-se formalmente.

Em termos de planejamento, isso sugere que o G0 é o segmento mais sensível à indução de oferta, capaz de revelar rapidamente a demanda latente de cada território.

Gráfico 2 — Participação no Total da fase Creche (2025)



SIGEEC: consulta em outubro de 2025

Os gráficos evidenciam que as turmas existentes estão quase integralmente preenchidas, mas as etapas iniciais (G0 e G1) representam apenas 31,8% do total de matrículas da fase Creche, revelando o *vazio da entrada* no ciclo da educação infantil.

3.1 Comparativo com as Metas do PNE e PME

A CMPE, por meio do *Plano Creche 50% – Edição 2026*, já mapeou quantitativamente o cumprimento da Meta 1 do PNE e dos objetivos do PME de Cuiabá, demonstrando a diferença entre o número de matrículas efetivas e o necessário para alcançar 50% de atendimento em cada faixa etária da população da cidade neste coorte.

Grupo Etário	Matrículas 2025	Meta PNE (50 %)	Diferença
G0 (Berçário)	1.050	3.475	-2.479 ●
G1 (Maternal)	2.571	3.475	-904 ●
G2 (Jardim I)	3.825	3.475	+350 ●
G3 (Jardim II)	4.295	3.475	+820 ●
Total	11.687	13.900	-2.213 ●

Fonte: SIGEEC-SME Cuiabá/CMPE (2025)

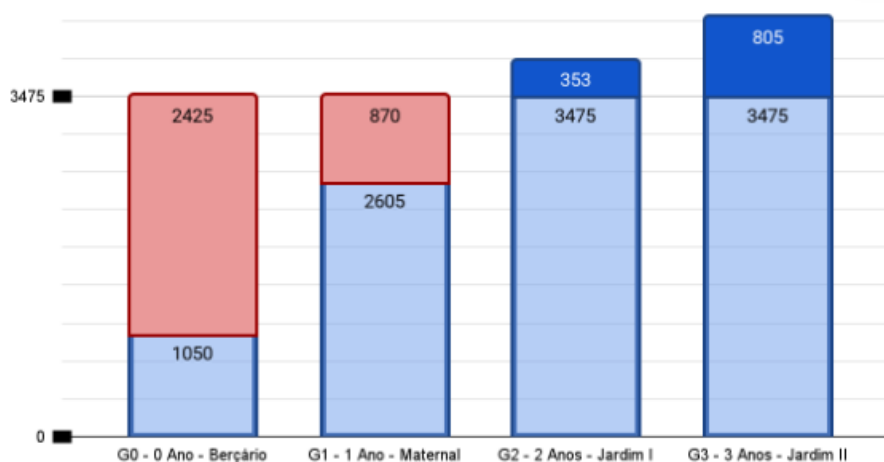
● G2 e G3 superaram a meta de 50 %.

● G0 e G1 ainda estão abaixo, especialmente o G0 (Berçário), cuja cobertura é de apenas 28,6 %.

Esses resultados demonstram que a CMPE já dispõe de um diagnóstico territorial completo, evidenciando os desequilíbrios entre demanda, oferta e distribuição geográfica de vagas, e subsidiando ações de indução e redistribuição da SME.

A ilustração a seguir busca elucidar estes dados a partir de uma linguagem que talvez seja mais simples para entender a problemática apresentada:

Quadro comparativo - Meta PNE (fixada em 3475) x Cobertura atual x Diferença



SIGEEC-SME Cuiabá - Coord. de Microplanejamento Educacional-SME - jun. 2025

Esses resultados numéricos, ao serem interpretados sob o prisma dos fundamentos teóricos apresentados a seguir, permitem compreender o silêncio da demanda não apenas como ausência de dados, mas como expressão territorial de desigualdade social.

Essas evidências quantitativas fundamentam o debate teórico apresentado na seção seguinte, em que o silêncio passa a ser compreendido como fenômeno político, territorial e simbólico.

4. Fundamentação teórica: democracia, território e as vozes do silêncio

Se, em Biesta, a ausência de voz na escola representa a erosão da democracia, em Pollak essa ausência constitui memória silenciada — o não-dito que ainda persiste nas margens do dado.

A compreensão do *silêncio da demanda* ultrapassa a análise quantitativa e se insere em um campo de reflexão pedagógica e social. Autores como Biesta, Caldart, Meirieu, Arroyo, Saviani e Pollak permitem interpretar a ausência de oferta escolar como um fenômeno de exclusão simbólica e política, enraizado na territorialidade e na historicidade da escola pública.

4.1. A escola como espaço de aparecimento (Biesta)

Para Gert Biesta (2012, 2015), a educação democrática consiste em criar condições para que os sujeitos “apareçam” no mundo — sejam vistos, ouvidos e reconhecidos. A ausência de turmas de G0 e G1 impede o *aparecimento público* de famílias e crianças, privando-as do direito de participar da vida comum. O sistema, ao não reconhecer essas vozes, **restringe a democracia educativa**.

4.2. Territorialidade e pertencimento (Caldart e Meirieu)

Roseli Caldart (2004, 2012) concebe o território como espaço político e pedagógico, onde a escola expressa o modo de vida e a cultura de seu povo. Philippe Meirieu (2005) complementa essa ideia ao afirmar que a escola deve reconhecer o aluno em sua singularidade e contexto, transformando o espaço físico em espaço de acolhimento simbólico.

A ausência de escolas ou de turmas iniciais em certos bairros é, portanto, **negação de territorialidade**, um rompimento entre a criança e o seu lugar de pertencimento.

4.3. O significado político dos espaços escolares (Arroyo e Saviani)

Miguel Arroyo (2012) aponta que o espaço escolar é reflexo da geografia das desigualdades sociais, e Dermeval Saviani (1983, 2008) interpreta a escola como mediação entre o trabalho e a cultura. Logo, mapear o vazio de oferta é **revelar a contradição estrutural do sistema público**, que tende a reproduzir desigualdades territoriais em vez de superá-las.

4.4. As vozes do silêncio (Pollak)

Michael Pollak (1989, 1992) introduz o conceito das *vozes do silêncio* como metáfora para as memórias submersas de grupos sociais que não encontram canais legítimos de expressão.

No caso do microplanejamento educacional, as famílias que não podem manifestar interesse por vagas inexistentes configuram precisamente essas **vozes silenciadas da infância**, cuja memória social é apagada pelo não reconhecimento institucional. O dado ausente no sistema não é ausência de demanda, mas **efeito de apagamento da fala**.

4.5. Síntese interpretativa

Com base nesses autores:

- Biesta revela a erosão da democracia educativa;
- Caldart e Meirieu elucidam a negação da territorialidade;
- Arroyo e Saviani demonstram o significado político do espaço escolar;
- Pollak denuncia o silenciamento da memória coletiva.

Assim, o microplanejamento emerge como **ato de restituição da fala**, projetando oferta onde o território permanece sem voz.

4.6. Silêncio Demográfico e o Efeito de Ausência de Oferta

A aparente ausência de manifestações das famílias cuiabanas por vagas na fase Creche, especialmente nos grupos G0 (Berçário) e G1 (G1 – Maternal), não deve ser interpretada como falta de interesse social. Trata-se de um fenômeno que expressa o **silêncio demográfico induzido pela ausência de oferta**.

Quando um território carece de qualquer unidade que represente o estágio inicial da Educação Infantil, o direito à matrícula torna-se impraticável e portanto, invisível ao sistema de registro.

Esse silêncio não é social, mas **institucional**: a voz das famílias não se manifesta porque não há onde fazê-lo. Assim, a ausência de inscrições, listas de espera ou protocolos de intenção não reflete desinteresse, mas sim a falta de um canal que traduza a demanda em dado administrativo.

No contexto do microplanejamento, esse fenômeno deve ser tratado como **um marcador de vulnerabilidade estrutural**, cuja solução não depende da espontaneidade da demanda, mas da indução planejada da oferta.

4.7. O Caso da Região Oeste de Cuiabá

A Região Oeste de Cuiabá constitui o exemplo mais contundente desse processo de silenciamento.

Em toda a sua extensão, não há **nenhuma unidade pública** que ofereça o grupo G0 (Berçário), e em muitos bairros também inexistente o grupo G1 (G1 – Maternal).

Tal ausência sistêmica inviabiliza a formalização de qualquer interesse das famílias: não há listas de espera, registros no SIGEEC ou pedidos de vaga, porque o sistema sequer reconhece a possibilidade da etapa.

Essa ausência configura uma **zona de invisibilidade** territorial no mapa educacional de Cuiabá. O silêncio não é ausência de fala, mas resultado da falta de espaço para o aparecimento público da infância — um “apagamento territorial” que distorce as leituras estatísticas e fragiliza a dimensão democrática da oferta educacional.

Nesse cenário, o papel da CMPE é justamente **romper essa mudez geográfica**, reintroduzindo o G0 e o G1 como dispositivos de escuta ativa da população e de reequilíbrio da equidade territorial.

4.8. Unidades que Rompem o Silêncio

Apesar do cenário de ausência de berçários em diversas regiões, duas unidades da RME atuam como **núcleos simbólicos de resistência ao silêncio**:

- **CEIC Espaço Livre**, localizado na região central;
- **CEIC Elzira**, situado na zona rural.

Ambas oferecem o Grupo G0 e apresentam taxas de ocupação superiores a 95%, evidenciando que, **onde há oferta, há procura imediata**.

Essas experiências funcionam como **laboratórios empíricos da demanda latente**, provando que a simples existência de uma turma é suficiente para despertar e registrar o interesse social que antes permanecia oculto.

A replicação dessas práticas — especialmente nas regiões Oeste e Norte — é, portanto, essencial para que o município possa aferir a verdadeira dimensão da demanda por berçário e reorganizar a política de expansão da Educação Infantil com base em evidências territoriais.

Esses casos empíricos reforçam a hipótese de que a indução de oferta é condição necessária para que a demanda se torne visível — princípio estruturante da metodologia da CMPE.

5. Implicações para o planejamento e políticas de expansão

O Plano Creche 50% (Edição 2026), introduz a noção de *oferta por indução*, segundo a qual criar turmas é condição para que a demanda se manifeste.

Entre as diretrizes:

- Instalar G0 e G1 em todos os setores censitários com mais de 80 crianças de 0 a 3 anos;

- Priorizar agrupamentos de bairros silenciosos;
- Promover adequações leves (banheiros acoplados, divisórias internas);
- Integrar dados de SIGEEC, IBGE e SINASC para projetar demanda latente.

Essas ações constituem instrumentos de democratização do espaço escolar e de ampliação da equidade territorial.

Os estudos técnicos elaborados pela Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE) têm evidenciado, com base empírica e territorial, os disparates entre a oferta e a demanda real de vagas na Educação Infantil da Rede Municipal de Cuiabá. Ao sistematizar e cruzar dados populacionais, de matrícula e de infraestrutura, a CMPE vem elucidando desequilíbrios significativos entre as áreas demográficas e o atendimento efetivo da fase Creche, revelando zonas com *superoferta inativa* e outras com *demanda invisibilizada*.

Tais estudos não se restringem à produção técnica: constituem instrumentos de provocação institucional que impulsionam a Secretaria Municipal de Educação (SME) a agir de modo mais assertivo, equitativo e planejado. É por meio das provocações e diagnósticos produzidos pela CMPE que a SME tem conseguido orientar investimentos, redefinir prioridades e otimizar a distribuição das turmas e unidades escolares sob sua tutela.

O Plano Creche 50% (Edição 2026), ao incorporar essas análises, avança na formulação de uma política de *oferta por indução*, em que a abertura de novas turmas é compreendida como ato político de reconhecimento territorial da infância.

Entre suas diretrizes centrais, destacam-se:

- a instalação prioritária de turmas G0 e G1 em setores censitários com maior densidade de crianças de 0 a 3 anos;
- a criação de polos de indução da demanda em áreas silenciosas;
- e a integração entre dados do SIGEEC, IBGE e SINASC para estimar a demanda reprimida.

Essas medidas consolidam o papel da CMPE como núcleo técnico de provocação e sustentação das políticas de expansão, transformando o microplanejamento em um motor institucional da eficiência e da justiça territorial.

6. Conclusão

A CMPE se consolida, assim, como o espaço técnico-político onde a gestão pública traduz o território em política de direito, materializando o planejamento como expressão de democracia educacional.

O fenômeno do *silêncio da demanda* pela Educação Infantil em Cuiabá é um espelho das contradições históricas do sistema público: onde o direito não é institucionalizado, o cidadão torna-se invisível.

Os dados analisados neste estudo demonstram que a ausência de oferta não implica desinteresse, mas impossibilidade de expressão institucional. Famílias que vivem em territórios sem turmas de G0 e G1 não aparecem nas filas ou sistemas de espera, não porque desistiram de educar seus filhos, mas porque o Estado ainda não abriu espaço para que suas vozes ecoem.

Sob a ótica de Biesta, essa exclusão representa uma erosão do espaço público da educação: a impossibilidade de “aparecer” como sujeito da aprendizagem e da política. Para Caldart e Meirieu, o território é condição pedagógica e não mera localização — e quando a escola não se enraíza na comunidade, rompe-se o elo entre cultura, infância e lugar.

Arroyo e Saviani evidenciam que o espaço escolar é sempre político, revelando o valor social que o poder público atribui a determinados grupos. E finalmente, Pollak nos lembra que, mesmo no silêncio, as memórias sociais persistem subterraneamente: o desejo de educar os filhos resiste, ainda que invisível às estatísticas.

Nesse contexto, a Coordenadoria de Microplanejamento Educacional (CMPE) assume papel estratégico e estruturante. Seus estudos técnicos — amparados por evidências geográficas, demográficas e pedagógicas — rompem o ciclo de invisibilidade, transformando o silêncio em dado, e o dado em política pública. A CMPE atua como instância provocadora, orientando a Secretaria Municipal de Educação (SME) a planejar com mais precisão, racionalidade e justiça territorial.

Cada relatório técnico, mapa de oferta ou projeção de demanda elaborado pela CMPE é, portanto, um ato de restituição da fala pública da infância cuiabana. É por meio dessas provocações que a SME avança na reorganização da Rede Municipal de Ensino (RME), potencializando sua capacidade de resposta e tornando o planejamento educacional um instrumento de equidade social e eficiência institucional.

Por fim, reafirma-se que o microplanejamento educacional ultrapassa o campo técnico: ele é uma prática ética e política.

Planejar é ouvir. Ouvir é reconhecer. E reconhecer é o primeiro passo para garantir que nenhuma voz — nem mesmo a mais jovem — permaneça silenciada pelo território.

Referências

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIESTA, Gert. *The Beautiful Risk of Education*. Boulder: Paradigm Publishers, 2013.

BIESTA, Gert. *Good Education in an Age of Measurement*. Boulder: Paradigm Publishers, 2012.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli S. *Educação do Campo e Território*. Brasília: MDA, 2012.

LENA, Ângelo Valentim. *Metodologia de Estimativa e Projeção da Demanda Escolar na Rede Municipal de Cuiabá*. Cuiabá: SME, 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Plano Creche 50%: Expansão Estratégica do Atendimento ao Berçário na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá*. Cuiabá: SME, 2025, disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000663>. Acesso em: 28 out. 2025.

LENA, Ângelo Valentim. *Síntese técnica da cobertura da Educação Infantil pela Rede Municipal de Educação de Cuiabá (2020–2025)*. Cuiabá: SME, 2025. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1000337>. Acesso em: 28 out. 2025.

MEIRIEU, Philippe. *O Cotidiano da Escola e a Construção do Saber*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Estudos Históricos*, n. 10, 1989.

POLLAK, Michael. *As vozes do silêncio: memórias e identidades sociais*. São Paulo: Edusp, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.